



AS PRÁTICAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

JÉSSICA JAMILLE FERREIRA DA COSTA⁸

RESUMO

A partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão se pretende obter informações relevantes sobre quais são e como se dão as práticas institucionais e pedagógicas do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com foco a identificar de que forma essas práticas facilitam ou não o diálogo entre universidade e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. História das Ciências Sociais. Ensino de Ciências Sociais.

ABSTRACT

Based on teaching, research and extension activities, it is intended to obtain relevant information about what the institutional and pedagogical practices of the Bachelor of Social Sciences at the Federal Rural University of Pernambuco are, with a focus on identifying how these practices facilitate or not the dialogue between university and society.

KEYWORDS: University. History of Social Sciences. Teaching of Social Sciences.

Introdução

Traçar um estudo sobre as práticas que envolvem a sociologia e o curso superior de Ciências Sociais não é tarefa fácil, haja vista que dentro desse campo do conhecimento há uma imensa variedade de técnicas pedagógicas desenvolvidas ao longo da implementação e consolidação da sociologia enquanto disciplina acadêmica e do ensino básico no Brasil. Além do panorama que alçou a sociologia como disciplina institucionalizada no decorrer do século XX, observa-se, paralelamente, às diversas mudanças e reformulações que as universidades brasileiras sofreram no mesmo período.

Os primórdios da institucionalização da sociologia e as reformas universitárias no Brasil não foram necessariamente convergidos linearmente, mas a análise desses dois fenômenos são importantes para entendermos como as práticas dentro dessa área do conhecimento foram ganhando novos contornos e através das reformas universitárias podemos verificar algumas dessas novas formas de aprendizagem da sociologia.

Sendo assim, se verifica algumas características do surgimento da sociologia no Brasil onde

⁸ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Email: jessicajamille1@gmail.com



mais tarde se pode atrelar às mudanças vivenciadas pelas universidades e suas relações com a comunidade acadêmica.

Para se ter uma percepção abrangente sobre os aspectos que rondam a universidade brasileira em geral e a sociologia, é necessário se ater às características que norteiam as suas práticas tanto pedagógicas quanto institucionais. Além do panorama que alçou a sociologia como disciplina institucionalizada no decorrer do século XX, observa-se, paralelamente, as diversas mudanças e reformulações que as universidades brasileiras sofreram no mesmo período.

Os primórdios da institucionalização da sociologia e as reformas universitárias no Brasil não foram necessariamente convergidos linearmente, mas a análise desses dois fenômenos são importantes para entendermos como as práticas dentro dessa área do conhecimento foram ganhando novos contornos e através das reformas universitárias podemos verificar algumas dessas novas formas de aprendizagem da sociologia.

O surgimento da sociologia no Brasil

Quando tratamos do surgimento da sociologia no contexto brasileiro é importante ressaltar que esta área do conhecimento se caracteriza como uma esfera relativamente recente e intimamente ligada às ciências jurídicas. Os primeiros autores da sociologia brasileira eram, no geral, advindos da formação em direito e o foco desses autores era tentar utilizar dessas características para se fazer um debate acerca da formação do Brasil através do conceito de nação. Autores como Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, entre outros foram os principais responsáveis pela introdução paulatina da sociologia no Brasil. A ideia de nação, tão discutida por esses autores nestes primórdios ganhará ainda maiores contornos entre as décadas de 1930 e 1940 no período Vargas onde a preocupação sobre o tema irá atingir as políticas de construção de um sentimento nacionalista. (MEUCI, 2000)

Além desse debate, há entre esses autores uma grande preocupação com relação à educação tanto com a implementação da sociologia enquanto disciplina no ensino básico, quanto com a sua utilização para a possibilidade de maiores reflexões sobre as inúmeras particularidades que caracterizam a sociedade. Nesse sentido, a sociologia era vista como um fator de um maior enriquecimento das práticas educacionais.

Embora a introdução da sociologia no país fosse caracterizada por muito empenho de autores como Gilberto Freyre e Fernando Azevedo no sentido de transformar a sociologia em campo relevante da educação brasileira, esses autores tiveram algumas dificuldades que atrapalharam um pouco a institucionalização das ciências sociais em âmbito acadêmico e



no ensino básico a princípio. Segundo Meucci (2000):

[...] nossos autodidatas, fundadores da sociologia entre nós, não possuíam a experiência indispensável à transformação das ciências sociais em disciplina acadêmica. [...] Os nossos intelectuais favoráveis ao estabelecimento do conhecimento sociológico na academia depararam-se com condições deficientes de trabalho, de financiamento e incentivo à pesquisa. (MEUCCI, 2000, p.73)

Ou seja, surgiram alguns obstáculos no decorrer da institucionalização da sociologia enquanto disciplina acadêmica, primeiramente, a falta de uma maior vivência dos nossos autores dentro dessa área e depois praticamente a inexistência da implementação da pesquisa como mecanismo de fortalecimento da disciplina. As reformas universitárias ocorridas entre as décadas de 1930 e 1950 mudaram um pouco esse panorama, pois outra dificuldade observada era a visão de que determinados cursos, incluindo aí a formação em sociologia, eram vistos apenas como formadores de profissionais aptos para o magistério⁹.

Ao pensar sobre reformas universitárias no Brasil, é importante lembrar que apesar das dificuldades iniciais já explanadas, a sociologia acabou por servir de mecanismo para se repensar e discutir como se daria o papel da universidade enquanto formadora de indivíduos capacitados em diversas áreas. Essa discussão acerca das mudanças necessárias no meio acadêmico até hoje nos ronda e é alvo de diversos questionamentos. Vejamos então como a sociologia pode explicar as demandas da universidade brasileira.

A perspectiva sociológica para se pensar a universidade

No tocante à formação das Ciências Sociais no Brasil e da implementação da sociologia como área acadêmica, se teve alguns empecilhos que retardaram um pouco o desenvolvimento da disciplina em seus primórdios. Um deles, já citado, era o formato de como a formação universitária em sociologia estava sendo pensado com um enfoque um pouco mais voltado na formação profissional. Esse fato ocorre num contexto histórico em que a maior parte dos cursos universitários tinha um caráter bacharelesco. O panorama começa a mudar em decorrência de algumas reformas e das pressões demandadas por estudantes, professores e afins para que se discutisse uma nova forma de se vivenciar a universidade em sua plenitude. Fávero (2006) ao analisar as reformas universitárias desde 1808 até a reforma de 1968 explica um pouco sobre isso:

⁹ A reforma do ensino superior ocorrida em 1931 sob a responsabilidade de Francisco Campos acabou um pouco por dificultar o incentivo à pesquisa por considerar que a universidade só teria a função de formar professores para o ensino médio. (MEUCCI, 2000, p.73).



A universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas. (FÁVERO, 2006, p. 19)

Tem-se então uma demanda sobre o papel da universidade, não mais tão tecnicista, mas também contemplando a importância da construção de um espaço na formação do pensamento crítico envolvendo a sociedade a partir de meados das décadas de 1940 e 1950. Além disso, ocorre uma maior preocupação com relação ao desenvolvimento da pesquisa científica que se no passado foi elemento deficitário dentro da sociologia no Brasil, acaba agora por ser um mecanismo bastante destacado entre as pendências das universidades brasileiras. Florestan Fernandes (1992) nos traz algumas elaborações sobre isso:

As primeiras críticas sistemáticas à estrutura, funcionamento e rendimento da “universidade brasileira” partiram dos chamados pioneiros da educação nova¹⁰, de professores universitários ligados principalmente ao setor da pesquisa e dos graduados que adquiriram melhor formação científica, a qual serviu de suporte à paulatina cristalização de uma mentalidade universitária no Brasil. (FERNANDES, 1992, p.523)

Podemos então observar que as principais reivindicações, no tocante a reformulação das práticas acadêmicas, partiram principalmente de profissionais e estudantes estritamente ligados a uma formação mais voltada para a pesquisa científica. Nesse caso, se percebe que esse mecanismo passa a ter uma maior visibilidade e importância dentro da academia. No caso da nossa sociologia, como vimos, enquanto nos seus primórdios estava mais centrada como mecanismo de aprimoramento da educação, ou seja, focada apenas na perspectiva prática do ensino, passa agora a ter a pesquisa científica como mais um fator de aprimoramento e melhor desenvolvimento da disciplina.

As práticas

No caso do curso de Ciências Sociais da UFRPE se verifica a partir de depoimentos de docentes a intensa procura em fazer com que esta área do conhecimento esteja sempre pautada numa busca por uma maior interação e diálogo junto à sociedade. No caso, se propaga a ideia de se ultrapassar os muros da universidade para que se tenha uma maior

¹⁰ O Manifesto dos pioneiros da educação nova foi um documento amplamente divulgado em vários jornais no dia 19 de março de 1932 que visava uma possível interferência na organização da sociedade através da educação. Alguns intelectuais da época como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros buscavam propor que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.



disseminação do conhecimento e compreensão dos fenômenos sociológicos de maneira mais cotidiana.

Essa preocupação em relação a esse diálogo junto à sociedade em geral está fortemente trabalhado através do pilar formado pela tríade ensino, pesquisa e extensão. Sobre essas práticas pedagógicas, existem algumas críticas levantadas pelos docentes, principalmente no sentido das questões relacionadas a ensino e pesquisa. Esses apontamentos estão fortemente marcados pelo padrão desenvolvido pelas universidades em relação a situações de rejeição de determinadas linhas de pesquisa, além da indagação sobre de que maneira o conhecimento está sendo assimilado pelos alunos. Esta última preocupação é apresentada de maneira geral, como aspecto que está atualmente muito intrínseco na universidade pública brasileira no sentido de que os alunos estariam muito limitados as linhas de pesquisa dos docentes o que supostamente dificulta o aluno a pensar por si mesmo e acabar apenas reproduzindo o conteúdo assimilado.

Na fala dos docentes é possível perceber que existe uma preocupação grande com o papel da universidade pública nos dias atuais que precisaria pautar suas práticas pedagógicas e institucionais a uma maior abertura a novos conhecimentos, perspectivas e visões de realidade. Ou seja, a ideia de uma universidade pautada na pluralidade de ideias.

Dentro dessa perspectiva da reflexão do papel da universidade e das ciências sociais perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, também são apontadas algumas considerações ressaltando o valor que as ciências sociais têm para os vários acontecimentos da atualidade para se pensar com mais profundidade as questões que rondam nosso dia-a-dia e da importância também da participação dos alunos no fortalecimento do curso para que ele se desenvolva cada vez mais e melhor

Além desse ponto, é abordado sobre a dificuldade em fazer as ciências sociais ter uma maior visibilidade dentro de uma universidade que historicamente sempre foi reconhecida pelas áreas das ciências agrárias e biológicas. Este fato é apontado como motor de um esforço maior no desenvolvimento das práticas do curso, uma vez que a configuração da UFRPE sempre foi marcada pelo “rural” e a partir disso é colocada a possibilidade das ciências sociais obterem relevância nessa configuração por apresentar um caráter interdisciplinar que abrange as questões ligadas tanto do contexto rural quanto do urbano.

Outro aspecto citado se refere às frequentes reformulações do Projeto Pedagógico (PPC) do curso. O PPC em vigor¹¹, datado do ano de 2012 está fincado em três áreas básicas que são a sociologia, a ciência política e a antropologia. Verifica-se uma grande proporcionalidade nessas três áreas no que se refere à distribuição das disciplinas a cada semestre na grade curricular do curso.

¹¹ O trabalho foi escrito em 2017.



A construção do PPC de 2012 é apontado como um dos grande desafios trabalhados pelos docentes. É argumentado de que não saíram com a proposta de matriz curricular dos sonhos, mas que foi o projeto pedagógico possível para o momento. Nesse sentido, existe uma grande preocupação em cada vez mais ser buscado o seu aprimoramento para que as demandas dos estudantes sejam atendidas.

A respeito justamente das demandas estudantis, os docentes relatam que o principal entrave para que as práticas pedagógicas e institucionais abarque todos os alunos é a falta de políticas públicas que incentive os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Isso é abordado pela escassez de maiores verbas orçamentárias que financiem essas práticas através, por exemplo, de bolsas para os alunos.

Os docentes acreditam que um maior investimento do poder público no desenvolvimento de mais pesquisas científicas e projetos de ensino e extensão acaba por propiciar um grande estímulo para que os alunos busquem um diálogo mais próximo com a sociedade.

Nesse contexto, é notório o grande empenho dos docentes entrevistados para que essas atividades sejam desenvolvidas e as dificuldades se tornem cada vez mais superadas.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36. Editora UFPR, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Reforma universitária e mudança social**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, INEP, vol. 73, n. 175, p. 523 - 546, set./dez., 1992.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2000.